



Instituto AOCP

800 Questões Gabaritadas

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	87

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	24

INFORMÁTICA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	25

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	27

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	27

ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	27

DIREITO PENAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	26

SUMÁRIO



DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	29

DIREITO CIVIL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	28

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	28



1. (INSTITUTO AOCP - 2024)

Texto 04

Uma revista literária para o Baixo Sul: os itinerários percorridos

Esta revista, que ora se apresenta em seu primeiro número, tem como tema as literaturas do Baixo Sul Baiano. Ela é o resultado do projeto de extensão Edital/ Chamada Interna Nº 01/2018/PROEX/CPPEX/IF Baiano, denominado Poéticas da Terra: Revista de Literatura do Baixo Sul da Bahia, realizado no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), Campus Valença, desenvolvido em parceria com os membros do Grupo de Pesquisa Linguagens, Culturas e Ambientes (GLICAM/ IF Baiano- Campus Valença).

O nosso objetivo primordial é apresentar estudos críticos sobre escritores do território do Baixo Sul Baiano, trazer à baila o percurso intelectual destes, com o intuito de promover-lhes visibilidade, especialmente àqueles cuja obra permanece dispersa em arquivos públicos ou em coleções particulares, desconhecida do grande público. Muitos desses textos dispersos estão sendo destruídos pela ação do tempo e das precárias condições em que estão armazenados em arquivos públicos e particulares e poderão desaparecer de vez. Desse modo, apresentamos neste número, na sua primeira parte, o total de quinze textos críticos. São estudos críticos-literários e filológicos sobre alguns escritores que produziram literatura no século XIX, sobre outros que estiveram na cena literária no início e/ou em meados do século XX e sobre alguns que estão produzindo literatura neste século XXI.

[...]

Esta revista consiste também na criação de um espaço de circulação de textos literários. Criamos a sessão Um dedo de prosa, na qual homenageamos o escritor valenciano Araken Vaz-Galvão, que escreveu uma crônica, especialmente, para este número. Em seguida, apresentamos mais dois espaços: um destinado ao gênero poema e outro ao gênero conto, os quais foram produzidos por discentes, docentes, técnicos administrativos e por pessoas da comunidade externa (escritores do Baixo Sul e escritores que possuem alguma ligação afetiva e/ou acadêmica com este território).

Apresentar as poéticas desse solo baiano, crescer e diversificar-se são os objetivos deste trabalho coletivo que entra em cena, pela primeira vez, no vasto campo dos estudos literários. Convidamos a todos a seguirmos juntos, de mãos dadas. O mapeamento de escritores está em curso e seguirá incorporando outras/os autoras/es e obras e seus respectivos municípios que compõem este rico cenário. Para esta investigação detetivesca, necessitamos do apoio das comunidades que compõem este território. Seguiremos atentos, descortinando as paisagens literárias e as margens ao longo do caminho.

Adaptado de: SCARANTE, I. C. (Coord.). Poéticas da terra: revista de literatura do Baixo Sul da Bahia, n. 1. Valença (BA): Mente Aberta, 2023.

Quanto à acentuação das palavras presentes no Texto 04, assinale a alternativa correta.

- (A) “território” e “número” são acentuadas pela mesma regra.
- (B) “município” e “cenário” acentuam-se pela mesma regra.
- (C) “poéticas” é acentuada por apresentar ditongo aberto.
- (D) “cenário” e “literárias” são palavras oxítona e paroxítona respectivamente e, por isso, são acentuadas. “destruídos” e “críticos” são acentuadas pela mesma regra.

**1. (INSTITUTO AOCP - 2022)**

Cada uma das sílabas da palavra PAPILOSCOPISTA foi escrita nas costas de um cartão, de modo que cada cartão tivesse exatamente uma das sílabas. Após escritas as sílabas e os cartões serem virados para baixo, estes foram embaralhados e permaneceram virados de forma que não fosse possível ver a sílaba escrita. Ao escolher um desses cartões, aleatoriamente, a probabilidade de esse cartão obedecer à proposição “O cartão tem a letra P ou o cartão não tem a letra A” é de

- (A) $1/6$.
- (B) $2/6$.
- (C) $3/6$.
- (D) $4/6$.
- (E) $5/6$.

2. (INSTITUTO AOCP - 2023)

Um jogo da memória feito apenas com cartas de baralho contava com 26 pares que levavam em consideração apenas o “valor” da carta (escolhido no conjunto $\{A, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, J, Q, K\}$) e a “cor” da carta (escolhida no conjunto $\{\text{preta, vermelha}\}$). No padrão convencional do jogo, todas as cartas são embaralhadas e postas em uma mesa com suas faces voltadas para baixo. Na sua vez, cada jogador vira duas cartas e verifica se formam um par. Caso tenha sido formado um par, as cartas são retiradas da mesa e ficam em posse do jogador que as virou, dando o direito de continuar virando as cartas indefinidamente até que um par não seja formado. Caso a ação não resulte em um par, as cartas terão suas faces voltadas para baixo, no mesmo lugar em que estavam, e a vez passa para o outro jogador. O jogo se encerra quando todos os pares forem encontrados. No decorrer de certo jogo, 23 pares já foram encontrados e restam apenas 6 cartas voltadas para baixo, que não foram viradas anteriormente: Um par de 7 vermelho, um par de 9 preto e um par de 10 preto. Nessas condições, qual é a probabilidade de o próximo jogador encerrar o jogo?

- (A) Uma chance em 15.
- (B) Uma chance em 12.
- (C) Uma chance em 9.
- (D) Uma chance em 6.
- (E) Uma chance em 3.

3. (INSTITUTO AOCP - 2024)

Em determinada Vara Federal foram condenados 80 indivíduos processados por peculato e 20 outros indivíduos condenados por corrupção ativa. Um juiz resolve entrevistar dois (02) condenados dessa Vara Federal e escolhe, aleatoriamente, sem reposição da lista de processos, dois (02) condenados. Então, a probabilidade do evento $T = \{\text{o 2º escolhido da amostra ser um condenado por corrupção ativa}\}$ é

- (A) 0,200.
- (B) 0,638.
- (C) 0,600.
- (D) 0,250.
- (E) 0,362.



1. (INSTITUTO AOCP - 2025)

No editor de texto Word 365 (em português), as funcionalidades estão organizadas em guias, cada uma contendo grupos específicos de ferramentas. Uma dessas funcionalidades é o Pincel de Formatação, que permite copiar a formatação de um texto e aplicá-la a outros. Assinale a alternativa que apresenta o grupo da guia Página Inicial onde essa funcionalidade está localizada.

- (A) Fonte.
- (B) Área de Transferência.
- (C) Parágrafo.
- (D) Estilos.
- (E) Voz.

2. (INSTITUTO AOCP - 2025)

No editor de texto Microsoft Word 365 (em português), as funcionalidades estão organizadas em guias, que, por sua vez, se constituem de grupos específicos. Uma dessas guias é a “Inserir”, que reúne diversas ferramentas para aprimorar o conteúdo do documento. Qual é o grupo da guia “Inserir” no qual se encontram as funcionalidades “Partes Rápidas” e “Linha de Assinatura”?

- (A) Texto.
- (B) Ilustrações.
- (C) Suplementos.
- (D) Mídia.
- (E) Comentários.

3. (INSTITUTO AOCP - 2025)

Durante a elaboração de um informativo no Microsoft Word 365 (em português), um servidor do MPRS desejou aplicar um efeito artístico ao título do documento para destacá-lo visualmente. Para isso, utilizou a funcionalidade WordArt, disponível na guia “Inserir” do Word.

Com base nesse cenário, assinale a alternativa que apresenta corretamente o grupo da guia “Inserir” onde essa funcionalidade está localizada.

- (A) Símbolos.
- (B) Texto.
- (C) Mídia.
- (D) Tabelas.
- (E) Ilustrações.



1. (INSTITUTO AOCP - 2025)

O Estado é uma organização dotada de poder, composta por elementos estruturais como governo, burocracia, forças armadas, ordenamento jurídico e sociedade civil. Sua função principal é manter a ordem dentro de um território definido, garantindo direitos, legislando e tributando. No capitalismo contemporâneo, o poder político deriva da sociedade civil, e o grau de democracia em um sistema político influencia diretamente a transformação da população em cidadãos com direitos políticos efetivos e iguais. Em relação ao papel do Estado e sua relação com a sociedade civil, assinale a alternativa correta.

- (A) O Estado, em sua estrutura política, é composto apenas por elementos institucionais como governo, forças armadas e burocracia, o que não abrange o povo.
- (B) No capitalismo contemporâneo, o poder político do Estado é exercido exclusivamente pelo governo e pela burocracia, pensando na relação da demanda do mercado econômico.
- (C) O caráter democrático de um sistema político influencia a transformação da população em um povo, entendido como cidadãos com direitos políticos efetivos e teoricamente iguais.
- (D) O Estado exerce seu poder sobre a sociedade civil, que é entendida como o objeto de suas ações e decisões.
- (E) No contexto da organização estatal, o ordenamento jurídico é restrito às instituições públicas, não exercendo influência direta sobre a sociedade como um todo.

2. (INSTITUTO AOCP - 2025)

De acordo com o artigo 1º da Constituição Federal de 1988, a República Federativa do Brasil tem como fundamentos essenciais alguns princípios. Assinale a alternativa que NÃO apresenta um desses fundamentos.

- (A) Soberania.
- (B) Dignidade da pessoa humana.
- (C) Pluralismo político.
- (D) Independência dos Poderes Executivo e Legislativo.
- (E) Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

3. (INSTITUTO AOCP - 2025)

De acordo com a Constituição Federal vigente, é correto afirmar que o Brasil adota

- (A) como regime de governo a federação.
- (B) como forma de governo a república.
- (C) como sistema de governo o democrático.
- (D) como regime de governo o parlamentarismo.
- (E) como forma de estado a república.



1. (INSTITUTO AOCP - 2024)

A respeito do tema Estado, governo e administração pública, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

() Estado é um ente, um sujeito de direitos, que tem como elementos o povo, o território e a soberania.

() Em sentido subjetivo, a Administração Pública pode ser definida como a atividade concreta e mediata que o Estado desenvolve, sob regime jurídico totalmente público, para a consecução dos interesses coletivos.

() A Administração Pública em sentido objetivo é o conjunto de órgãos e de pessoas jurídicas aos quais a lei atribui o exercício da função administrativa do Estado. () As fundações públicas fazem parte da administração indireta.

(A) V – F – F – V.

(B) F – V – V – F.

(C) V – F – V – V.

(D) V – V – V – V.

(E) F – V – F – F.

2. (INSTITUTO AOCP - 2025)

Um administrador previdenciário, em um Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), é responsável por tomar decisões que respeitem os princípios constitucionais da Administração Pública, conhecidos pela sigla LIMPE (Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência). Esses princípios garantem que a gestão previdenciária siga critérios éticos, legais e transparentes, assegurando a sustentabilidade do sistema e o atendimento ao interesse público. Com base nos princípios LIMPE e em sua aplicação na administração previdenciária, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

I. O princípio da legalidade obriga que todas as decisões do gestor previdenciário sejam realizadas conforme a lei vigente, admitindo flexibilizações normativas para casos excepcionais que possam beneficiar grupos específicos.

II. O princípio da impessoalidade exige que a concessão de benefícios seja feita sem favorecimento pessoal ou político, baseando-se exclusivamente nos critérios estabelecidos pela legislação previdenciária.

III. O princípio da moralidade requer que o gestor previdenciário avalie não apenas a conformidade com a lei, mas também a justiça e a ética das decisões tomadas no processo de concessão de benefícios e arrecadação.

IV. O princípio da eficiência exige que a gestão previdenciária maximize os recursos disponíveis, otimizando os processos administrativos para reduzir prazos e custos, com foco na obtenção de retorno durante o atendimento aos segurados.

(A) Apenas II, III e IV.

(B) Apenas I e III.

(C) Apenas I e IV.

(D) Apenas II e IV.

(E) Apenas II e III.



1. (INSTITUTO AOCP - 2023)

O método da Curva ABC é uma ferramenta valiosa na Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais, permitindo uma análise criteriosa da distribuição dos recursos em relação aos diferentes itens do estoque. Essa abordagem classifica os itens em categorias de acordo com sua importância, facilitando a gestão eficiente dos materiais. Qual é o objetivo principal da aplicação da Curva ABC?

- (A) Identificar os fornecedores mais confiáveis para estabelecer parcerias de longo prazo.
- (B) Priorizar a gestão dos materiais de acordo com sua importância relativa para a organização.
- (C) Classificar os materiais de acordo com sua origem geográfica e distribuição.
- (D) Determinar a demanda sazonal dos produtos e adaptar a produção de acordo.
- (E) Analisar a rentabilidade dos produtos e decidir quais devem ser descontinuados.

2. (INSTITUTO AOCP - 2021)

Assinale a alternativa que apresenta um elemento que demonstra a importância da logística.

- (A) O planejamento do fluxo de pessoas nas organizações, que possibilita melhorar de forma objetiva o dispêndio de recursos organizacionais, mesmo que ocorram alguns desperdícios eventuais.
- (B) A busca pela qualidade, que pode ser um dos objetivos da logística na medida em que o emprego de matérias-primas estratégicas onerosas assegura a continuidade da organização no mercado.
- (C) A organização de empresas, que deve priorizar a qualidade de vida e eficiência com a operacionalidade empresarial, visando à manutenção de determinada região geográfica e territorial.
- (D) A utilização de processos licitatórios no setor público, com preferência na aquisição dos materiais e equipamentos pelo menor custo, favorecendo o desenvolvimento de medidas benéficas à população.
- (E) A utilização eficiente dos conceitos de logística que proporcionam melhora no fluxo de transporte e infraestrutura de cidades, proporcionando, também, ganhos para a economia e no dia a dia da população.

3. (INSTITUTO AOCP - 2024)

A administração da produção e materiais abarca dois temas fundamentais, a saber, a logística e a gestão da cadeia de suprimentos, sendo que a logística que trata da criação de valor – valor para os clientes e fornecedores da empresa e valor para todos aqueles que têm nela interesses diretos. A esse respeito, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A logística vem se transformando em um processo cada vez mais importante de agregação de valor ao produto e/ou serviço.
- (B) À medida que as empresas forem intensificando uma visão mais internacional de suas operações, a logística assume uma importância menor no âmbito da empresa.
- (C) Uma boa gestão da cadeia de suprimentos pode gerar vendas, e não apenas reduzir os custos.
- (D) Qualquer produto ou serviço perde quase todo o seu valor quando não está ao alcance dos clientes no momento e lugar adequados ao seu consumo.



1. (INSTITUTO AOCP - 2024)

Mário foi condenado por sentença penal transitada em julgado em virtude da prática de diversos crimes e, durante o cumprimento da pena privativa de liberdade aplicada, soube que uma nova lei descriminalizou uma das condutas que praticou. Nesse caso hipotético, conforme o Código Penal, é correto afirmar que

- (A) a descriminalização da conduta não afeta a pena aplicada a Mário, porque a sentença penal já transitou em julgado.
- (B) por ter sido condenado por fato que deixou de ser considerado crime, Mário deve cumprir só metade da pena remanescente.
- (C) Mário não será beneficiado pela abolição do crime, pois já iniciou o cumprimento da pena aplicada.
- (D) a nova lei não repercutirá sobre a pena aplicada a Mário, pois, ao tempo da condenação, a conduta era definida como crime.
- (E) a nova lei repercute sobre a pena aplicada a Mário, fazendo cessar a execução da pena e os efeitos penais da sentença condenatória em relação ao fato que deixou de ser considerado crime.

2. (INSTITUTO AOCP - 2023)

Em relação à lei penal no tempo, assinale a alternativa correta.

- (A) Na hipótese de crime permanente, aplica-se a pena vigente no momento da privação da liberdade da vítima, ainda que outra pena, mais gravosa, esteja em vigor no momento da libertação da vítima.
- (B) A lei nova que deixa de considerar um fato como crime retroage somente para os casos em que não houver trânsito em julgado.
- (C) A lei penal mais benéfica ao acusado sempre retroage, ainda que o fato seja praticado durante a vigência de lei excepcional.
- (D) É vedada a combinação de leis penais, ainda que a combinação seja mais favorável ao réu.

3. (INSTITUTO AOCP - 2021)

Assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Conforme o princípio da anterioridade, o crime e a pena devem estar definidos em lei prévia ao fato cuja punição se pretende.
- (B) É proibida a aplicação da lei penal, inclusive aos fatos praticados durante seu período de vacatio.
- (C) A abolitio criminis alcança a execução e os efeitos penais e civis da sentença condenatória.
- (D) A novatio legis in melius, por configurar nítido benefício ao réu, deve retroagir.
- (E) A lei penal intermediária é simultaneamente dotada de retroatividade e de ultratividade.

4. (INSTITUTO AOCP - 2021)

Em consonância ao Código Penal, foram adotadas, via de regra, quanto ao tempo e ao lugar do crime, bem como quanto ao concurso de pessoas, respectivamente, as teorias

- (A) do resultado, da atividade e monística.
- (B) da atividade, do resultado e pluralística.
- (C) da atividade, mista e unitária.



1. (INSTITUTO AOCP - 2023)

Com a Constituição de 1988, ganharam renovada relevância os princípios garantistas do processo penal. Sobre tais princípios, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O princípio do devido processo legal, estabelecido no art. 5º, LIV, da Constituição Federal, institui o dever de respeitar todas as formalidades previstas em lei para que haja cerceamento da liberdade ou para que alguém seja privado de seus bens.
- (B) O princípio da publicidade estabelece que os atos processuais devem ser realizados publicamente, à vista de quem queira acompanhá-los, sem segredos e sem sigilo. Tal publicidade, porém, pode ser limitada quando a defesa da intimidade ou o interesse social exigirem.
- (C) O princípio do juiz natural, encartado no art. 5º, inciso LIII, da Constituição Federal, estabelece o direito do réu de ser julgado por um juiz previamente determinado por lei e pelas normas constitucionais.
- (D) O princípio da duração razoável do processo, que encontra ampla aceitação na doutrina processualista, apesar de não ter base legal ou constitucional explícita, estabelece que todos, no âmbito judicial e administrativo, têm direito à razoável duração do processo e aos meios que garantam a celeridade de sua tramitação.
- (E) O princípio do contraditório, contido no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, estabelece que em toda alegação fática ou apresentação de prova, feita no processo por uma das partes, tem a outra, adversária, o direito de se manifestar, havendo um perfeito equilíbrio na relação estabelecida pela pretensão punitiva do Estado em confronto com o direito à liberdade e à manutenção do estado de inocência do acusado.

2. (INSTITUTO AOCP - 2023)

Alfredo está sendo investigado como suposto autor de um homicídio praticado dias atrás em Santa Maria-DF. No interrogatório policial, Alfredo decide por exercer seu direito de permanecer em silêncio, para evitar produzir qualquer prova contra si mesmo. O direito de Alfredo ao silêncio constitui expressão ou decorrência do princípio do(a)

- (A) contraditório.
- (B) presunção de não culpabilidade.
- (C) nemo tenetur se detegere.
- (D) juiz natural.
- (E) busca da verdade.

3. (INSTITUTO AOCP - 2022)

Acerca dos direitos e das garantias fundamentais aplicáveis ao processo penal, assinale a alternativa correta.

- (A) O Supremo Tribunal Federal admite a execução provisória da decisão penal condenatória, enquanto pendente de julgamento os recursos extraordinários, porquanto estes não possuem efeito suspensivo.
- (B) Segundo entendimento dos Tribunais Superiores, no processo penal, a deficiência da defesa técnica constitui nulidade absoluta.
- (C) A autodefesa engloba o direito de presença, de audiência e o direito de postular pessoalmente em determinados atos do processo penal.

**1. (INSTITUTO AOCP - 2024)**

De acordo com o Código Civil e o entendimento dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta.

- (A) Far-se-á averbação em registro público da sentença declaratória de ausência e de morte presumida.
- (B) Depende de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais.
- (C) A pretensão de reconhecimento de ofensa a direito da personalidade é imprescritível.
- (D) No âmbito do abuso da personalidade jurídica, entende-se por desvio de finalidade a ausência de separação de fato entre os patrimônios da sociedade e do sócio/administrador.
- (E) A prescrição pode ser interrompida por qualquer interessado, sendo que a interrupção produzida contra o principal devedor não prejudica o fiador.

2. (INSTITUTO AOCP - 2024)

De acordo com o Código Civil, são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

- (A) os que, por enfermidade psicomotora, como paralisia infantil, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.
- (B) aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.
- (C) aqueles que ainda não completaram 18 (dezoito) anos de idade.
- (D) os que, por distúrbio mental grave, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.
- (E) aqueles que ainda não completaram 16 (dezesesseis) anos de idade.

3. (INSTITUTO AOCP - 2024)

Conforme o Código Civil, far-se-á averbação em registro público:

- (A) dos atos judiciais ou extrajudiciais que declararem ou reconhecerem a filiação.
- (B) dos nascimentos, casamentos e óbitos.
- (C) da sentença declaratória de ausência e de morte presumida.
- (D) da interdição por incapacidade absoluta ou relativa.
- (E) das sentenças que decretarem a nulidade ou anulação do casamento, o divórcio, a separação judicial, o restabelecimento da sociedade conjugal e a morte presumida.

4. (INSTITUTO AOCP - 2021)

Maria tem 17 anos e, em consulta jurídica com um advogado, questiona sobre a possibilidade de ser cessada sua incapacidade. Considerando o questionamento de Maria, é correto afirmar que sua incapacidade

- (A) pode ser cessada pelo casamento.
- (B) pode ser cessada pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, dependendo de homologação judicial, pois ela tem mais de dezesseis anos completos.
- (C) pode ser cessada pelo exercício de emprego público, efetivo ou temporário.



1. (INSTITUTO AOCP - 2025)

Quanto às normas fundamentais do processo civil, previstas no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos podem ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público.
- (B) Ao aplicar o ordenamento jurídico, o advogado atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana.
- (C) Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida, salvo nos casos de tutela provisória de urgência e tutela de evidência.
- (D) O juiz pode decidir com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, especialmente em se tratando de matéria sobre a qual possa decidir de ofício.
- (E) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, salvo nos casos em que for decretado o segredo de justiça.

2. (INSTITUTO AOCP - 2023)

O princípio do juiz natural garante que

- (A) o juiz não possa determinar de ofício a produção de prova.
- (B) o juiz deva avaliar a prova dos autos segundo sua convicção pessoal, desde que de forma fundamentada.
- (C) a fixação do órgão jurisdicional competente para o julgamento de determinada demanda se dê a partir de regras objetivas previamente estabelecidas.
- (D) o juiz deva zelar pela igualdade das partes no processo, tomando as providências necessárias para suprir vulnerabilidades processuais.

3. (INSTITUTO AOCP - 2023)

O chamado princípio da proibição da decisão surpresa significa que

- (A) o juiz não pode decidir, em primeiro grau de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
- (B) o juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, exceto em se tratando de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
- (C) o juiz não pode decidir, em primeiro grau de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, exceto em se tratando de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
- (D) o juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.